



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER Nº ____/2021

AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 104 DE 2021.

Institui e integra no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Piauí, a campanha "Junho Violeta", em alusão ao dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa, e dá outras providências.

RELATOR: DEP. HENRIQUE PIRES

I - RELATÓRIO

Apresento, de acordo com o art. 34, I, a), do Regimento Interno desta Casa, parecer onde examinamos aspectos de natureza constitucional, legal, jurídica, regimental e de técnica legislativa atinentes ao projeto de lei que passo a analisar.

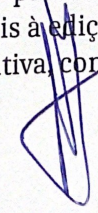
Trata-se de projeto de lei que institui e integra no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Piauí, a campanha "Junho Violeta", em alusão ao dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa, e dá outras providências.

A iniciativa da proposta é desempenhada pela nobre parlamentar, deputada Teresa Brito.

Eis o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Conforme previsão regimental, mais especificamente disposta nos arts. 59, 61, 137 e 139 do regimento interno desta Casa, o parecer apreciador da matéria deve obedecer a exigências intrínsecas e indispensáveis à edição de norma, dentre as quais a verificação da constitucionalidade, vício de iniciativa, competência dentre outras.



A função Legislativa ora analisada se enquadra no rol do art. 96, I, "c)" e art. 105, I, do Regimento interno, bem como no Art. 75 da Constituição Estadual.

Ao aprofundar o exame da proposição verifico que, este projeto de lei possui embasamento constitucional.

Em relação à Constituição Estadual, a iniciativa de lei que verse sobre a matéria de que trata o projeto em tela, não se encontra no rol de competência exclusiva do chefe do poder executivo.

Por fim, vale ressaltar que a análise a nível de Comissão de Constituição e Justiça, não se alonga por critérios de conveniência, mérito ou mesmo oportunidade nas proposições a ela submetidas, mas tão somente à eventual existência de óbices de natureza inconstitucional, antijurídica, vícios de iniciativa e até mesmo de técnica na edição de normas, ficando a cargo das comissões especiais a verificação daqueles critérios.

Por todo o exposto, manifesto-me **favoravelmente** à sua aprovação.

Este é o meu parecer.

III – PARECER DA COMISSÃO

Em discussão, em votação:

Pelo acatamento (X)

Pela rejeição ()

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 10 de agosto de 2021.

DEP. HENRIQUE PIRES
RELATOR

Dep. João Costa
Dep. Genivaldo
Dep. João Lima
Dep. Marlene
Dep. Eneide Brito
Dep. Zito Cavalcante

APROVADO À UNANIMIDADE
EM, <u>10/08/2021</u>
<u>Henriko</u>
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE:
<u>Justiça</u>